

FATORES ASSOCIADOS A VIOLÊNCIA URBANA EM METRÓPOLES DO BRASIL E DA COLÔMBIA: UMA ANÁLISE COMPARADA

Factors associated urban violence in metropolises in Brazil and Colombia: a comparative analysis

Diógenes Farias Gomes
Faculdade Luciano Feijão, Sobral, CE, Brasil.

Lúcia Conde de Oliveira
Universidade Estadual do Ceará (UECE),
Fortaleza, CE, Brasil.

Maria Socorro de Araújo Dias
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA),
Sobral, CE, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 22/08/2024

Aceito em 13/11/2024

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262.p442-467>

Copyright (c) 2024 Diógenes Farias Gomes, Lúcia Conde de Oliveira, Maria Socorro de Araújo Dias.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Apoio

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)

Como ser citado (modelo ABNT)

GOMES, Diógenes Farias; OLIVEIRA, Lúcia Conde de; DIAS, Maria Socorro de Araújo. Fatores associados a violência urbana em metrópoles do Brasil e da Colômbia: uma análise comparada. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 49, n. 262, p. 442-467, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262.p442-467>

Resumo

Este artigo analisou indicadores possíveis de ser comparados na realidade entre duas metrópoles latino-americanas com um histórico expressivo para o problema da violência urbana. Para tanto, foram utilizadas duas abordagens metodológicas simultâneas, a análise de contexto e análise comparada. Foram considerados como cenários as cidades de Fortaleza (Ceará, Brasil) e Medellín (Antioquia, Colômbia). Para comparação, foram utilizados os indicadores: coeficiente de gini; emprego; pobreza extrema; homicídios, e; furtos. As informações estatísticas foram extraídas de sítios governamentais, e os dados qualitativos de repositórios de dados científicos. Diante disto, verificou-se que os indicadores analisados subsidiam a evidência de que a violência urbana é desencadeada por fatores determinantes da desigualdade social e pobreza. Nos dois cenários, as expressões desses fatores foram presentes a construção sócio-histórica das cidades, sendo representativa para os desfechos que condizem com a situação contemporânea da violência.

Palavras-chave: Desigualdade Social. Violência. Metrôpoles. América Latina.

Abstract

This article analyzed possible indicators to be compared in reality between two Latin American metropolises with a significant history for the problem of urban violence. For that, two simultaneous methodological approaches were used, context analysis and comparative analysis. The cities of Fortaleza (Ceará, Brazil) and Medellín (Antioquia, Colombia) were considered as scenarios. For comparison, the following indicators were used: gini coefficient; job; extreme poverty; homicides, and; thefts. Statistical information was extracted from government websites, and qualitative data from scientific data repositories. Given this, it was found that the analyzed indicators support the evidence that urban violence is triggered by determining factors of social inequality and poverty. In both scenarios, the expressions of these factors were present in the socio-historical construction of cities, being representative for the outcomes that match the contemporary situation of violence.

Keywords: Social Inequality. Violence. Metropolises. Latin America.

INTRODUÇÃO

A violência urbana é o resultado da reprodução negativa de fatores sociais, econômicos, culturais e comportamentais que incidem na vida em sociedade. Há evidências de que a violência, por si só, pertence ao comportamento humano e que se dissemina a partir

das relações entre as pessoas, permeando o âmbito político ou que corresponde as relações de poder. Também, há quem sinalize a contribuição do capitalismo e do impacto econômico neste problema, mediados pela produção da riqueza e da pobreza, como condicionantes da formação de desigualdades (Santos; Santos, 2019; Arendt, 2016).

As cidades, mesmo aquelas com melhores indicadores de qualidade de vida, vivem diariamente com esse problema, contudo, com intensidades diferentes mediante o impacto dos determinantes sociais (Santos; Santos, 2019). Nessa conjuntura, os países da América Latina estão entre os mais violentos do mundo, com destaque ao Brasil que, em 2017, chegou a um espantoso número de aproximadamente 65 mil mortes por crimes violentos, e a Colômbia que, em 2015, chegou a ter uma pessoa morta a cada 10 minutos (Misse, 2019).

Nos dois países, o poder das organizações criminosas, as elevadas taxas de desigualdade e de crimes geram uma preocupação no bem-estar social, que conjecturam a violência nas cidades como um dos principais desafios políticos geracionais. Entre os dois países, apenas Medellín, nos últimos anos, apresentou resultados positivos e reconhecidos internacionalmente na redução dos indicadores de violência como homicídios, furtos, extorsões e sequestro por meio do combate ao narcoterrorismo. Mas, recentemente, tem apresentado aumentos consideráveis desses indicadores, o que sinaliza uma fragilidade, a longo prazo, das medidas adotadas no enfrentamento a violência. Sabe-se que o perfil adotado por Medellín foi do policiamento comunitário e aproximação da comunidade na tomada de decisões, mas, antes disto, houve o fortalecimento das forças armadas nacionais com financiamento bélico americano e o extermínio dos narcotraficantes, como ocorreu com Pablo Escobar. Tal estratégia mostrou-se insuficiente, pois semeou através da força armada, uma sensação temporária de segurança e resolução do problema do narcotráfico, semeando guerras cívico-militares viciosas em toda a América Latina (Souza, 2021; Rodrigues, 2012).

No Brasil, as organizações criminosas surgiram em presídios, principalmente, nas cidades de Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo no final da década de 1970 e início da década de 1980, já como resultado de um sistema penal e carcerário falido (Bueno, 2021). Diante disto, devido a migração dessas organizações criminosas para as demais metrópoles e cidades de pequeno, médio e grande porte, a maioria dos municípios tem adotado estratégias de enfrentamento a violência urbana cabíveis a sua estrutura organizativa e capacidade econômica de financiamento. Contudo, estas estratégias ainda se sustentam em

um modelo intersetorial fragilizado pela segmentação de tarefas, sem que haja um impacto efetivo na redução de problemas sociais como: a pobreza, políticas públicas equitativas, geração de emprego e renda e nos demais fatores determinantes para formação de desigualdades (Gomes; Oliveira; Dias, 2022; Souza *et al.*, 2020).

Posto isto, este artigo tem a intenção de evidenciar fatores que interferem de maneira negativa na violência urbana, sustentando-se em indicadores comparados entre duas metrópoles, sendo uma do Brasil e outra da Colômbia.

Desse modo, aqui, não se propõe buscar definições sociológicas para o problema da violência, mas, denota-se essa possibilidade para estudos posteriores. Ao se considerar Bourdieu, Durkheim e Weber que têm há intenção de expor conjunturas que determinam a violência urbana, a fim de privilegiar o que defende Paiva (2019, p.166), ao colocar, de forma contemporânea, a necessidade de estudar esse problema a partir do olhar para as “condições sociais e históricas possíveis”, considerando sua imprevisibilidade e transformações sociais.

Diante o exposto, este artigo tem o objetivo de analisar os indicadores relacionados a formação de desigualdades, possíveis de serem comparados na realidade entre metrópoles do Brasil e Colômbia, e que repercutam, conseqüentemente, na violência urbana. Nesse sentido, há uma intenção de comprovar o pressuposto, formulado a partir do levantamento desses indicadores, de que a desigualdade é um fator que coabita junto ao fenômeno da violência urbana, tenda as duas uma relação de simbiose.

METODOLOGIA

Este artigo subsidia-se na abordagem da análise do contexto para o estudo de políticas públicas, concernente a uma das etapas da Avaliação de Impacto à Saúde (AIS), método este delineado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS) (OPAS; OMS, 2013).

A análise de contexto busca compreender os fatores relacionados ao problema investigado, elaborar o diagnóstico da necessidade para elaborar uma AIS e dar suporte para a avaliação de uma política pública (OPAS; OMS, 2013; Brasil, 2014).

Este estudo foi realizado durante o ano de 2022, e para isto foram selecionados como cenários de investigação as metrópoles de Fortaleza, Ceará, e Medellín, Antioquia,

tendo como justificativa a semelhança do perfil econômico e populacional entre elas, como também a presença do fenômeno da violência urbana.

A cidade de Fortaleza, em 2020, possuía uma população estimada de 2.686.612 pessoas, um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de US\$ 4.155,43 e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 75 (IBGE, 2022). Já Medellín, no mesmo ano, possuía uma população estimada de 2.533.424 pessoas, um PIB *per capita* de US\$ 3.133,485 e um IDHM de 79 (Medellin, 2019; 2020). Tais características revelam uma semelhança, o que possibilita a construção de uma análise comparada.

Economicamente significativas para as regiões em que se encontram, essas cidades apresentam problemas sociais derivados do paradoxo entre desenvolvimento e a dificuldade de reduzir os efeitos das desigualdades sociais. Esses problemas potencializam o fenômeno da violência urbana e desencadeiam necessidades de intervenção do Estado.

Junto a análise de contexto, adotou-se uma análise comparativa, com a finalidade de estabelecer recursos metodológicos sustentáveis para uma adoção de comparações entre os locais investigados. Silva (2016) destaca que os estudos comparados como método de pesquisa ressurgiram no meio acadêmico no final do último século como alternativa para compreender o evolucionismo social. Para ele, esse tipo de estudo permite resgatar aspectos macrossociais e estruturais da seara político-social, dando a possibilidade de ver a relação entre Estado e indivíduo. Ainda, parte-se do pressuposto de Rocha (2011) ao defender a análise comparativa como uma importante ferramenta de análise, sendo considerada também uma importante solução para limites teóricos que circundam determinados temas.

Para coleta de informações, foram realizadas buscas por documentos institucionais publicados em sites oficiais do governo das duas cidades e dos países correspondentes. Desse modo, foram consultados os *sites* do Governo de Medellín, do Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE), do Governo do Estado Ceará, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Foram considerados nesses sites todos os documentos que possuíssem dados estatísticos relacionados aos termos-chave: “desigualdade”, “homicídios”, “furtos”, “indicadores sociais”, “violência”, “violência urbana”, “renda”, “emprego”, “desenvolvimento social” e “pobreza”. Nos sites em espanhol foram utilizadas as traduções correspondentes

aos termos utilizados (desempleo; homicídios; hurtos; indicadores sociales; violencia; violencia en las ciudades; violencia urbana; renda; trabajo; desarrollo social; pobreza).

A partir dessas buscas, os dados encontrados, permitiram associar entre os cenários de investigação os seguintes indicadores: coeficiente de gini; emprego; pobreza extrema; homicídios, e; furtos.

Para a consolidação das informações, foi utilizada uma série histórica de 12 anos (2010 a 2021), a fim de averiguar o comportamento dos indicadores e possibilitar uma análise mais densa dos valores consultados.

Para o cálculo dos indicadores que envolvem como denominador a população, foram utilizadas as estimativas populacionais descritas na Tabela 1.

Tabela 1 – Estimativas populacionais de Fortaleza e Medellín, entre 2010 e 2021.

ANO	FORTALEZA	MEDELLÍN
2010	2.452.185	2.185.539
2011	2.476.589	2.213.549
2012	2.500.194	2.240.690
2013	2.551.805	2.266.969
2014	2.571.896	2.293.601
2015	2.591.188	2.320.791
2016	2.609.716	2.351.077
2017	2.627.482	2.385.018
2018	2.643.247	2.427.129
2019	2.669.342	2.483.545
2020	2.686.612	2.533.424
2021	2.703.391	2.573.220

Fonte: IBGE (2022); DANE (2022).

Não foi possível comparar o IDHM e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) devido a indisponibilidade regular dos dados, o que afetou a análise comparativa. Em Fortaleza havia o IPM apenas para anos anteriores ao início da série histórica adotada neste estudo, e em Medellín foi identificado o IDHM, em fonte confiável, apenas nos anos de 2015 (IDHM=74) e 2020 (IDHM=79).

A análise das informações seguiu uma organização definida por questões orientadoras para etapa da análise de contexto da AIS, conforme orientações da OPAS e OMS (2013) (Anexo I). De maneira complementar, apropriou-se da análise de conteúdo de Bardin, fundamentalmente a categorização, para auxiliar na organização dos resultados identificados (Bardin, 2011).

A validade dos dados identificados foi constatada a partir da busca paralela por evidências disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde, *Health System Evidence* e Google Scholar. Para a busca de informações nesses repositórios de dados, foram utilizados os termos citados acima com o auxílio do operador booleano “and”.

Para seleção desses documentos foram adotados os seguintes critérios: artigos científicos ou material de literatura cinzenta; publicação em revistas científicas ou em órgãos governamentais; apresentação de indicadores complementares aos indicadores selecionados neste estudo; cenário Fortaleza e Medellín. Não foi adotado recorte temporal. Não foram selecionados os materiais sem fonte de identificação de publicação (revista ou órgão do governo).

Foram selecionados 17 documentos, sendo quatro de literatura cinzenta e 13 artigos científicos. Esses documentos foram utilizados para fundamentar as discussões a seguir. O Quadro 1 destaca os detalhes dos documentos utilizados.

Quadro 1 – Documentos selecionados para validação dos indicadores.

N	TÍTULO	AUTORES	ANO	TIPO
1	A questão da desigualdade no Brasil: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer.	CAVALCANTE, P	2020	Produção Técnica
2	Atlas da Violência	CERQUEIRA, D.; <i>et al.</i>	2019	Produção Técnica
3	Cartografia da criminalidade e da violência na cidade de Fortaleza.	BRASIL, G.M.; <i>et al.</i>	2010	Produção Técnica
4	Colômbia: as FARC e os diálogos de paz.	PEREIRA, L.	2015	Artigo
5	Desempleo y protección social: el caso colombiano	LONDOÑO-UPEGUI, L.D; MEJÍA-ORTEGA, L.M.	2019	Artigo
6	Drogas, conflito e os EUA: a Colômbia no início do século	VALENCIA, L	2005	Artigo
7	Ejército de Liberación Nacional Colombiano: desde la renovación política a la corriente de renovación socialista	SORIANO, J.R.	2013	Artigo
8	Exclusão socioeconômica e violência urbana	ADORNO, S.	2022	Artigo
9	Gestão e planejamento urbano em Medellín: considerações acerca do direito à cidade e do empreendedorismo urbano	ZERBINETO, I.M.G.; <i>et al.</i>	2021	Artigo
10	Governança criminal na América Latina em perspectiva comparada: apresentação à edição especial	LESSING, B.; MONTEIRO, J.; MISSE.M.	2011	Artigo
11	Metropolização e policentralidade em Fortaleza (CE-BRASIL).	LOPES, F.C.R.	2019	Artigo
12	O capital simbólico de Medellín e as intervenções urbana nas favelas cariocas	IVO, A.B.L; MAGNVITA, P	2016	Artigo

13	Organizaciones criminales en América Latina: una discusión conceptual y un marco comparativo para su reinterpretación	ALVARADO, A	2019	Artigo
14	Produção do espaço metropolitano de Fortaleza e a dinâmica industrial	MUNIZ, A.M.V.	2015	Artigo
15	Uma acepção do conceito de pobreza nas políticas públicas e programas sociais governamentais no Brasil	MOTA, R.A.; CARNEIRO, R.S.; BRILHANTE, R.M	2019	Artigo
16	Un análisis institucional del hurto a personas: recuperar el derecho a la ciudad y vidas perdidas	MEDELLÍN (GOVERNO)	2017	Produção Técnica
17	Violencia urbana, conflicto y crimen em Medellín: uma revisão de las publicaciones académicas al respecto	DÁVILA, L.F	2016	Artigo

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados numéricos foram tabulados no *Microsoft Office Excel 365* e organizados em tabelas no decorrer do texto. As informações qualitativas, relativas as evidências identificadas nos documentos científicos e institucionais, foram catalogados, conforme instrumento de coleta de informações pré-definido (Apêndice I e II), e organizados conforme a categorização da análise de conteúdo (Bardin, 2011).

Este estudo é parte de uma tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade Estadual do Ceará, intitulada "Avaliação de Impacto à Saúde das Políticas de enfrentamento a violência urbana em metrópoles do Brasil e Colômbia", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com parecer de nº 5.373.190/2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, os resultados e discussão foram organizados nas seguintes categorias temáticas: análise do coeficiente de gini; indicadores relacionados ao emprego; expressões da extrema pobreza em Fortaleza e Medellín, e; indicadores de homicídios e furtos.

Tais categorias buscam pormenorizar os efeitos específicos de cada indicador na violência urbana, pondo em nota a comparação entre os cenários investigados.

Análise do coeficiente de gini

Fortaleza é uma cidade que até meados da década de 1980 apresentava um baixo desenvolvimento econômico e social. Nos últimos 25 anos a cidade apresentou um aceleração dos setores da indústria, comércio e turismo, o que facilitou o seu desenvolvimento, como também de cidades circunvizinhas como Caucaia, Eusébio e Maracanaú. Apesar dos avanços econômicos, Fortaleza não avançou no desenvolvimento de políticas igualitárias ou adotou medidas efetivas para a redução da desigualdade social, o que deu abertura para a inserção/fortalecimento do crime, e do decorrente aumento da violência urbana (Muniz, 2015; Lopes, 2019; Cerqueira *et al.*, 2019).

Medellín é uma metrópole trajada por um histórico de desigualdade social, guerrilha, prevalência do narcotráfico e de grupos paramilitares, que obteve uma redução significativa dos indicadores de violência urbana, como homicídios e furtos ao longo dos anos, por adotar medidas de enfrentamento ostensivo ao narcotráfico, de práticas e políticas intersetoriais, inclusive, de aproximação do Estado às regiões mais vulneráveis da cidade e de incentivo a atividade econômica, urbanismo e a implementação de modelo de governança sustentado no papel de conselhos comunitários (Zerbinato *et al.*, 2021; Ivo; Magnavita, 2016).

No período de 2010 a 2021 essas metrópoles tiveram, respectivamente, um coeficiente de gini médio de 0,55 e 0,53 (ver Tabela 2). Sabe-se que o coeficiente de gini pode ser interpretado pelo resultado próximo de 0 (completa igualdade na distribuição de renda) e 1 (completa desigualdade). Na hipótese que o resultado seja 1, significa que apenas uma pessoa, ou grupo pequeno de pessoas concentraria a renda do cenário investigado. Nenhum local jamais chegou a ter o resultado igual a 0 ou 1, o limite conhecido de menor desigualdade foi 0,2 em países como Eslováquia, Islândia, Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, e de maior desigualdade foi 0,6 na África do Sul (Cavalcante, 2020).

Isso mostra que, comparado aos resultados existentes, Medellín e Fortaleza são cidades que apresentam um grau elevado de desigualdade, isso não significa que tenham um baixo potencial econômico, mas que possuem uma inadequada distribuição de renda. Em 2021, a África do Sul foi considerada a nação mais desigual do mundo, com um coeficiente de gini de 0,63, seguido de Namíbia com 0,59, Zâmbia com 0,57, República Centro Africana com 0,56, Lesoto e Moçambique com 0,54. Brasil e Colômbia encontram-se entre os países mais desiguais do mundo, tendo, respectivamente, coeficientes de 0,53 e 0,49, superiores a

países vizinhos como Argentina (0,42), Chile (0,44), Paraguai (0,43) e Uruguai (0,40) (Contryeconomy, 2022).

No Brasil, o coeficiente de gini entre as capitais varia entre 0,4 e 0,6, proporcional a 1,29%. Em 2018, as capitais com menor resultado foram Florianópolis e Goiânia com 0,47. Já Belém (0,61), Recife (0,60), São Paulo (0,58), João Pessoa (0,58), Palmas e Fortaleza (0,56) foram as mais desiguais. Tais características revelam que o país ainda apresenta coeficientes elevados de desigualdade na distribuição de renda (FORDDOUDATION, 2020).

Na Colômbia, o coeficiente de gini entre as capitais revelou que, em 2017, Bucaramanga e Pereira tiveram o melhor resultado com 0,40, enquanto Medellín (0,52), Bogotá (0,49), Pasto (0,47), Montería e Cali (0,46) tiveram os maiores valores (DANE, 2020).

Fortaleza e Medellín são, portanto, cidades que pertencem a um contexto social de desigualdade que, comparadas a outras capitais, ainda alcançam valores do coeficiente de gini que expõem uma insuficiente distribuição de renda. A Tabela 2 apresenta o coeficiente de gini de Fortaleza e Medellín entre os anos de 2010 e 2021.

Tabela 2 – Coeficiente de gini de Fortaleza e Medellín no período de 2010 a 2021.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	μ
Fortaleza	0,61	0,54	0,55	0,53	0,54	0,53	0,56	0,57	0,56	0,58	0,55	0,54	0,55
Medellín	0,55	0,53	s/d	s/d	0,53	0,50	0,52	0,52	0,51	0,59	s/d	0,52	0,53

Fonte: DANE (2022); IPECE (2022).

Legenda: μ – Média; s/d = sem dados

Considerando a série histórica, verifica-se que Fortaleza apresentou uma redução do coeficiente de gini de 2010 para 2011, que manteve patamares inferiores à média de 0,55 até 2015. A partir de 2016 as oscilações fizeram chegar a 0,58 em 2019. Em Medellín apenas o ano de 2019 o coeficiente de gini superior à média 0,53, exceto nos anos de 2012 e 2013, percebeu-se redução do coeficiente no período de 2014 a 2018.

Vale considerar que essas metrópoles estão situadas em países latino-americanos, que historicamente agrupam elevadas taxas de violência mediante um cenário de desigualdades sociais, crises econômicas e políticas, e instabilidade do sistema de segurança

pública, penitenciário, legislativo e democrático, o que gera um estado de permanente insegurança em questões políticas e do exercício dos direitos fundamentais (Mattei, 2017).

Somado ao coeficiente de gini a ocupação no mercado de trabalho também se mostrou importante no arranjo comparativo entre as metrópoles e na compreensão dos fatores determinantes da violência urbana, os quais são detalhados a seguir.

Indicadores relacionados ao emprego

Adorno (2002), na insurgência de novos modelos democráticos na América Latina, apontou em um estudo do início deste século que a exclusão socioeconômica leva ao fortalecimento dos fatores determinantes para que indivíduos de uma sociedade utilizem a violência como instrumento representativo de força, mediante as relações de poder impostas no cotidiano. Nisso, o indivíduo adota um instinto de sobrevivência, financeira e antissocial, em detrimento de valores éticos, morais e legais impostos nas relações de vida em sociedade. Neste sentido, complementa ao indicar correlações significativas entre “urbanização, pobreza e desemprego com a criminalidade patrimonial, no município de São Paulo” (p. 108). Para tanto, é evidente e previsível que a insegurança trabalhista e o desemprego são fatores que propiciam atos delinquentes e facilitam o aliciamento de pessoas às práticas criminosas.

A população desempregada ou sujeita a subempregos também encaram outros problemas como maiores taxas de morbidade e mortalidade, desnutrição, problemas socioemocionais e de saúde mental, como: a dependência química, depressão, ansiedade, alcoolismo, conflitos familiares, sensação de insegurança, ideação e tentativa de suicídio, obesidade e outros problemas que não interferem somente na segurança pública, mas também na qualidade de vida das pessoas e seus familiares (Londoño-Upegui; Mejía-Ortega, 2019).

Fortaleza entre os anos de 2010 e 2021 superou Medellín em número de pessoas desempregadas. A menor taxa de desemprego em Fortaleza foi de 7,2%, em 2014, e Medellín foi de 4,5%, no mesmo ano. As maiores taxas foram de 14% em Fortaleza, em 2020, e de 8,5% em Medellín, em 2021 (Tabela 3).

O número de pessoas ocupadas (empregos formais e informais) em Medellín foi superior a Fortaleza em todos os anos, chegando a 47,5% da população no ano de 2015. Já a

capital cearense chegou a seu melhor patamar em 2014, quando alcançou o percentual de 35,4% (ver Tabela 3).

Já quanto a proporção de pessoas com emprego formal, Medellín apresentou patamares bem inferiores a Fortaleza, com uma constância de 55,5% em todos os anos. Ressalta-se que todos os anos foram calculados e conferidos repetidamente, e de forma incontestável Medellín apresentou esse percentual. Em Fortaleza, a máxima de empregos formais foi de 93,5%, em 2015. O pior patamar foi em 2010, quando chegou a 90% (ver Tabela 3).

Tabela 3 – Pessoas com trabalho, pessoas em emprego formal e desemprego em Fortaleza e Medellín entre 2010 e 2021.

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Pessoas com Trabalho													
FOR	N	806.109	839.478	873.746	884.344	910.187	880.791	847.545	841.351	849.045	849.116	829.796	sd
	%	32,9	33,9	34,9	34,7	35,4	34,0	32,5	32,0	32,1	31,8	30,9	sd
MED	N	994.311	1.024.055	sd	sd	1.071.170	1.101.879	1.101.058	1.100.509	1.111.446	1.109.901	sd	1.179.896
	%	45,5	46,3	sd	sd	46,7	47,5	46,8	46,1	45,8	44,7	sd	45,9
Emprego formal													
FOR	N	725.525	767.017	800.045	806.143	838.280	823.674	773.033	773.125	768.412	781.416	754.360	sd
	%	90,0	91,4	91,6	91,2	92,1	93,5	91,2	91,9	90,5	92	90,9	sd
MED	N	551.544	568.043	sd	Sd	594.178	611.212	610.757	610.452	616.519	615.662	sd	654.488
	%	55,5	55,5	sd	Sd	55,5	55,5	55,5	55,5	55,5	55,5	sd	55,5
Desemprego													
FOR	N	183.914	Sd	210.016	188.833	185.176	204.703	313.165	315.297	296.043	293.627	376.125	sd
	%	7,5	Sd	8,4	7,4	7,2	7,9	12	12	11,2	11	14	sd
MED	N	153.206	142.468	sd	Sd	103.860	109.401	114.068	121.997	140.686	150.476	sd	220.730
	%	7	6,4	sd	Sd	4,5	4,71	4,8	5,1	5,8	6	sd	8,5

Fonte: IPECE (2022); IBGE (2021); DANE (2022).

Legenda: Sd: sem dados

Na América Latina, o Brasil e a Colômbia são países que apresentam elevadas taxas de desemprego. Em 2022, esses países tiveram, respectivamente, 14,4% e 14,3% da população economicamente ativa desempregada. Países vizinhos como Argentina (10,9%), Uruguai (10,5%), Chile (9,5%), Equador (6,4%) e Venezuela (6,4%) apresentaram taxas inferiores (Dados [...], 2022).

Desse modo, denota-se que Fortaleza e Medellín representam cenários vulneráveis no que diz respeito à oportunidade de emprego. Criticamente, Medellín, por apresentar uma

proporção de pessoas em emprego formal ainda menor, aponta para dificuldades no acesso ao sistema de saúde uma vez que possui um sistema de saúde que adota os modelos de seguro e apoio residual, diferente de Fortaleza que oportuniza o acesso universal por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

As condições de vínculo trabalhista e o desemprego geram impactos em diferentes tipos de crimes. Estudo realizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, indicou que esse fator associado a inflação, é determinante para a ocorrência furtos, roubos, homicídios e o envolvimento com entorpecentes. E, justificou que a causa para este fenômeno está associada a duas vertentes, a primeira sustentada no desemprego como motivador do crime e a segunda que correlaciona os crimes ao impacto dos fatores macroeconômicos (Santiago; Guimarães, 2019).

Insta destacar que Medellín é uma das cidades com maior custo de vida da Colômbia. Dados do Departamento Administrativo Nacional e Estatística (DANE) indicam que Medellín apresentou a maior alta nos preços de alimentos como arroz, banana, mandioca e batata, essenciais para a alimentação local. Além dos alimentos, produtos de higiene e limpeza apresentaram forte alta em 2021 e 2022, que chegaram a 110,22% conforme Índice de Preço ao Consumidor (IPC) (DANE, 2022).

Em Fortaleza, a inflamação em 2021 alcançou patamares superiores à média nacional (4,56%), chegando a 5,83% ao ano, sendo a quinta capital com maior inflamação depois de Campo Grande (7,28%), Rio Branco (6,82%), São Luís (6,22%) e Recife (5,87%), e possuindo o valor mais alto para a cesta básica. As capitais com menor inflação nesse ano foram Goiânia (4,05%), Aracaju (4,14%) e Belém (4,18%) (IPECE, 2021a).

A alta inflação somada a variabilidade do emprego e renda tornam as populações dessas cidades sujeitas a ocorrência de mazelas sociais. Aproveitando-se disto, as organizações criminosas se fortalecem e retroalimentam, utilizando da desigualdade como elemento nutritivo das suas ações.

A presença das organizações criminosas nos dois cenários do estudo, são, portanto, importantes definidoras para o fenômeno da violência urbana. O enfrentamento que elas exercem contra o Estado engatilham forças armadas antigovernamentais que,

indistintamente, interveem na sensação de segurança pública, além de fortalecer os efeitos negativos dos determinantes sociais.

Em Medellín e Fortaleza coexistem com o Estado um modelo paralelo de ordenamento social definidos pelas organizações criminosas que atuam nas áreas de maior desigualdade e ausência do estado, o que implica na fragilidade da presença deste nesses territórios. O Quadro 2 descreve as organizações criminosas ligadas ao narcotráfico mais expressivas nos dois locais.

Vale ressaltar que utilização do termo ‘ausência do Estado’ é utilizada neste texto como referência significativa de insuficiência da ação de políticas públicas para as minorias sociais, mas assim como afirmam pesquisadores da Universidade de Chicago, Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Rio de Janeiro, “o Estado, embora frequentemente distante e negligente, nunca está totalmente ausente” (LESSING; MONTEIRO; MISSE, 2022).

Quadro 2 – Organizações criminosas por metrópole.

LOCAL	NOME	SIGLA	CRIAÇÃO	ORIGEM
Medellín	<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Puebloⁱ</i>	FARC ou FARC-EP	1964	Medellín, Colômbia
	<i>Ejército de Liberación Nacional de Colômbiaⁱ</i>	ELN	1964	Simacota, Cuba
	<i>Cartel de Medellínⁱⁱ</i>	CM	1972	Medellín, Colômbia
	<i>Muerte a Secuestradoresⁱⁱⁱ</i>	MAS	1980	Medellín, Colômbia
Fortaleza	Primeiro Comando da Capital ^{iv}	PCC	1993	Taubaté, São Paulo
	Comando Vermelho	CV	1979	Ilha Grande, Rio de Janeiro
	Família do Norte	FDN	2007	Manaus, Amazonas
	Guardiões do Estado ^v	GDE	2016	Fortaleza, Ceará
	Terceiro Comando Puro ^{vi}	TCP	2002	Rio de Janeiro (capital)

Fonte: IPA (2022); Soriano (2013); Pereira (2015).

ⁱ Guerrilha

ⁱⁱ Narcotráfico

ⁱⁱⁱ Grupo paramilitar secundário ao Cartel de Medellín

^{iv} Maior organização criminosa do Brasil

^v Considerada a maior organização criminosa do Ceará, em número de integrantes

^{vi} Inserção recente em Fortaleza, responsável por chacinas como a do Largamar em 2022

Essas organizações criminosas operam nas cidades e têm migrado para as áreas rurais, utilizando uma relação de força contra o Estado, à população e a demais organizações

que se opõem a suas decisões e ordens. Nas cidades, elas agem principalmente no tráfico de drogas, roubos, extorsão, sequestros, pirataria e contrabando, fraudes, venda de armas, prostituição e tráfico de pessoas (Alvarado, 2019).

No auge do narcotráfico em Medellín, com a liderança de Pablo Escobar, milhares de pessoas morreram por efeito das ações das FARC, ELN e Cartel do Medellín, devido as disputas territoriais e do mercado de drogas nas cidades da Antioquia. Pablo Escobar, em Medellín, e Rodríguez Orejuela, em Cali, disputavam a hegemonia do comércio de drogas ilícitas, e para isso manifestavam forças bélicas que ultrapassavam limites de responsabilidade civil e militar, minimizando o poder do Estado e financiando políticos para subsidiar a convivência do crime como instituição democrática de direito (Valencia, 2005).

Vale considerar que essas organizações têm como características: atividades criminosas com o objetivo de obter benefícios; organização das funções e do trabalho; uso da violência e instrumentos armados que subsidiem força; uso da influência e corrupção em territórios vulneráveis, com a falsa alternativa de obter recurso financeiro a curto prazo. Elas podem se enquadrar como milícias, guerrilhas, paramilitares, máfias e redes de corrupção (Alvarado, 2019).

Em Medellín, assim como nas demais regiões da Colômbia, o crime é marcado por três tipos principais modelos de organizações, são elas: guerrilha; milícia; paramilitar. As guerrilhas se dedicam ao tráfico, extorsão, lavagem de dinheiro e têm associação entre política e crime, como a ELN. As milícias estão associadas ao narcotráfico, sequestro, extorsão e financiamento de armas. Já as paramilitares são organizações vastas e diversas, têm uma unidade de comando e controle, com o histórico de luta contra as ditaduras na América Latina, com força militar contra-hegemônica. Apesar de apresentarem perfis diferentes de atuação, esses tipos de organizações criminosas podem ter associação entre si (Alvarado, 2019).

Em Fortaleza, assim com o restante do Brasil, há prevalência de milícias iniciadas por gangues, criadas a partir da união de pessoas em conflito com a lei encarceradas nas penitenciárias (Alvarado, 2019). Algo comum nessa cidade é o uso de sinônimos para definir as organizações criminosas, sendo denominadas como facção, e menos usualmente como comando, bonde, trem, tropa, família ou irmão. Inspiradas nos carteis de Medellín e Cali, essas organizações se estruturaram a partir do narcotráfico e de movimentos paramilitares

nas regiões mais vulneráveis da cidade, contudo, sendo financiadas e demonstrando recursos que chegam a ser incompatíveis com a realidade financeira do restante da população das áreas em que atuam, sinalizando que os líderes dessas organizações governam de longe e alocam seus membros em regiões com menor atuação das políticas de segurança pública (Paiva, 2019).

Para tanto, denota-se que essas organizações se situam nas zonas de maior vulnerabilidade social, e minimizam as projeções otimistas na geração de emprego e renda, e a quebra de um ciclo intermitente de aliciamento de membros às suas corporações.

Expressões da extrema pobreza em Fortaleza e Medellín

Sustentando-se nas evidências já elencadas, investigou-se o quantitativo de pessoas em extrema pobreza, considerando esse indicador como determinante para o aliciamento ao crime e aumento da violência urbana tendo como cofator a pobreza monetária. Assim, foram identificados os valores destacados na Tabela 4.

Tabela 4 – Pessoas em extrema pobreza em Fortaleza e Medellín, de 2010 a 2021.

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
FOR	N	133992	134459	157405	160766	178375	173687	220171	193697	189936	188205	217515	232236
	%	5%	5%	6%	6%	7%	7%	8%	7%	7%	7%	8%	9%
MED	N	111.881	84.035	sd	sd	87.130	75.391	91.070	81.355	64.487	103.730	sd	161.393
	%	5%	4%	Sd	Sd	4%	3%	4%	3%	3%	4%	Sd	6%

Fonte: DANE (2022); IPECE (2021b).

A partir desses dados, foi possível constatar que Fortaleza, na série histórica, apresentou percentuais mais expressivos quanto ao número de pessoas em extrema pobreza. Veja-se que o menor percentual foi de 5% em 2010 e 2011, sucedido por altas, tendo os maiores patamares nos anos de 2020 (8%) e 2021 (9%). Vale considerar que estes dois últimos anos foram marcados pela pandemia por Covid-19, que ocasionou no mundo uma crise econômica e humanitária.

Em Medellín o percentual de pessoas em extrema pobreza oscilou entre 3% e 6%, com as menores taxas (3%) nos anos de 2015, 2017 e 2018, e a maior taxa em 2021 (6%).

A redução da pobreza extrema é uma pauta mundial, pois afeta diversas dimensões humanas e sociais e gera fenômenos, além da violência, decorrentes da inefetividade dos direitos humanos. A Organização das Nações Unidas (ONU) põe esse determinante social como uma pauta a ser resolvida pelos países associados por meio da elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Entre os oito objetivos, se estabeleciam como metas: “até 2015, reduzir a pobreza extrema à metade do nível de 1990” e “até 2015, reduzir a fome à metade do nível de 1990” (Roma, 2019, p.34). Tais proposições até puderam ser alcançados em Fortaleza e Medellín, mas a crise econômica associada a fatores políticos e sanitários fizeram o Brasil e a Colômbia retornarem a enfrentar a extrema pobreza e a fome como um desafio nos próximos anos (World [...], 2022).

Desse modo, referenda-se a necessidade de adotar estratégias permanentes que minimizem os efeitos da inflação, do desemprego e da dificuldade de políticas públicas equitativas que alcancem a população em extrema pobreza.

Mota, Carneiro e Brilhante (2019, p. 104) destacam que o “centro da pobreza não está na insuficiência de renda, mas na exclusão política e na desigualdade”. Neste sentido, o alcance limitado de algumas políticas públicas, que deveriam promover o acesso e atingir principalmente os mais necessitados, por vezes, não alcançam principalmente quem deveriam, as pessoas em estado de extrema pobreza. Isso ocorre principalmente pela deficiência nos investimentos financeiros e tecnológicos que deem suporte a políticas complementares, como da assistência social, distribuição de renda, educação, saúde e segurança pública.

Indicadores de homicídios e furtos

Sabe-se que esse conjunto de fatores associados à desigualdade social são condicionantes para a insurgência do crime e da violência. Desse modo, foram analisados os indicadores de homicídios e furtos nessas capitais a fim de verificar a consonância dos dados apontados para o coeficiente de gini, emprego e pobreza extrema e o comportamento desses indicadores entre os anos de 2010 e 2021. Para tanto, a Tabela 5 apresenta o consolidado dos casos no decorrer dos anos em Fortaleza e Medellín.

Tabela 5 – Coeficientes de homicídios por 100.000 habitantes e número de furtos em Fortaleza e Medellín entre 2010 e 2021.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Homicídios												
Fortaleza	50,4	50,0	68,1	78,1	74,0	63,8	38,8	75,4	56,0	24,7	46,5	33,3
Medellín	89,6	74,1	55,5	40,6	28,7	21,4	23,1	24,4	26,2	23,9	14,6	15,8
Furtos												
Fortaleza	7.150	7.501	8.586	9.794	6.111	8.280	8.479	8.818	7.539	7.613	6.095	6.249
Medellín	7.673	8.438	11.306	13.930	15.436	20.780	27.581	37.697	51.830	61.050	39.500	45.984

Fonte: DANE (2022); CEARÁ (2022)

Para complementar, vale destacar que Medellín, entre os anos de 1990 e 1993, alcançou uma taxa de 400 homicídios por 100 mil habitantes, com um pico de 6.809 mortes em 1991, número maior que o total de soldados americanos que perderam a vida no Iraque. Isso se deu pelo domínio e financiamento das ações criminosas, que exerceram uma contrarreforma no período de 1985 a 1993 (Cartel de Medellín), 1989 e 1997 (as milícias) e entre 1997 e 2003 (os movimentos paramilitares e guerrilhas) (Dávila, 2016).

A redução da taxa de homicídios nos anos posteriores, principalmente a partir de 2014, ocorreu pela atuação de Jorge Giraldo Ramírez e José Antonio Fortou que implementaram medidas como: a *Operación Orión*; fortalecimento da presença do Estado nas áreas marginalizadas da cidade, com uma consequente recuperação e controle territorial; divisão de responsabilidades pela segurança pública entre as esferas de governo; implicação de força militar; e realização de intervenções urbanísticas (Dávila, 2016).

Neste sentido, a Tabela 5 apresenta os homicídios e furtos em Medellín posteriores as intervenções políticas e administrativas realizadas para o enfrentamento da violência urbana, e já representam valores reduzidos se comparados os anos anteriores.

Fortaleza, em 1998 era a 19ª cidade do país com maior taxa de homicídios, passando para a 14ª posição em 2008. Nesse período, foram registrados, 844 homicídios em 2007, 824 em 2008, e 937 em 2009. Valores estes que não chegaram ao maior patamar de casos em Medellín, o que revela que em Fortaleza a redução ocorreu de maneira discreta (Brasil *et al.*, 2010).

Fortaleza já chegou a uma taxa de homicídios bem menor do que as registradas no período de 2010 a 2021. Em 1999 a capital teve um dos seus melhores resultados, quando

alcançou uma taxa de homicídios de 32,7 por 100 mil habitantes. Contudo, mesmo tendo sido uma estimativa positiva, isso não a retirou do ranking dos 10% dos municípios mais violentos do Brasil (Brasil *et al.*, 2010).

Sobre os furtos, Medellín tem apresentado destaque de crescimento no número de casos entre as capitais da Colômbia. Em 2022, a cidade retoma um crescimento que chegou a contar 1.725% nos últimos 10 anos. Considerando somente o furto as pessoas, em 2011 foram registrados 943 casos, 14.247 em 2021 e 17.215 em 2022 (Tobón, 2022).

Estudo que realizou a análise dos furtos em Medellín nos anos de 2008 a 2016, revelou que esses eventos ocorreram principalmente nas regiões de maior movimento de pessoas, e que tiveram intervenções do Estado na redução dos homicídios e combate ao narcotráfico. San Javier, Guayabal, El Poblado, Laureles e Candelaria foram as comunas com maior prevalência de furtos e maior redução de homicídios (Medellín, 2017).

Em Fortaleza, em 2022, o aumento dos furtos se deu principalmente pela retirada ilícita de fios na cidade, que cresceu 170% (Ceará, 2022). Contudo, os casos de furtos têm crescido desde 2007, mas dificilmente chegará a patamares semelhantes a Medellín (Brasil *et al.*, 2010). Cabe destacar que para ambas as cidades foram considerados apenas a classificação de furtos a pessoas, objetos, animais etc., conforme definição dos códigos penais do Brasil e de Medellín (Brasil, 1940; Colômbia, 2000).

De modo geral, a *Union Nations Children's Fund* (UNICEF) revela que, na América Latina, os adolescentes do sexo masculino (15 a 19 anos) são os mais afetados pelo problema da violência urbana, estando vinculados aos casos de homicídios e a prática de atos delinquentes. Isso tem sido crescente no decorrer dos anos. Estima-se que em Fortaleza, em 2017, 70% dos homicídios tenham ocorrido com adolescentes que estavam, pelo menos, seis meses sem frequentar a escola (UNICEF, 2022).

Diante do exposto, não há como dissociar fatores sociais à ocorrência das ações criminosas, fato estes que influenciam de forma determinante nos indicadores da criminalidade. Por fim, considerando todas as evidências apontadas neste artigo, e interpretando-as a partir de um contexto teórico significativo, pode-se apontar diferentes caminhos analíticos que levariam a classificar, e senão pormenorizar, as causas que desencadeiam o processo violento. Em Freud (1974) a violência, nos contornos analíticos

deste artigo, presumiria uma autodefesa desencadeada por efeitos instintivos. Em Bourdieu (1989) poderia ser compreendida como o resultado das relações de forças, um instrumento de dominação, o que iria de encontro a Weber (1982) ao entender como resultado de uma luta dos membros de uma sociedade, podendo o Estado utilizar disto como algo legítimo. Porém, é em Michaud (1989) que se encontra uma compreensão próxima ao que foi evidenciado neste estudo, ao entender que fatores relacionados a moral, a integridade física, os aspectos culturais, sociais e outros instrumentos simbólicos influenciam no que se entende por violência.

Esses pensadores permitem resignar sentidos que levam a interpretação sobre o fenômeno da violência. Mas, não há como desconsiderar que se trata de um resultado sócio-histórico unido a fatores humanos, sociais e econômicos que geram a violência como problema pujante por gerações.

No contexto das políticas públicas, o problema é base para a formulação de estratégias ou o elemento que deve ser minimizado pelo efeito destas. Desse modo, são diversos os modelos que orientam a construção dessas políticas, assim como também são diversos os métodos que permitem analisar seus impactos e resultados (Capella, 2018). Desse modo, pondera-se a necessidade de construir estudos que se proponham a analisar as políticas de segurança pública dessas cidades, a fim de considerar suas estratégias e os efeitos para a população, levando em consideração os efeitos das desigualdades.

Mediante análise realizada, verificou-se que os indicadores discutidos neste artigo anunciam a violência urbana nessas cidades como um problema multifacetado e que permite diferentes abordagens de análise e interpretação. Nesse sentido, frisa-se que a pobreza monetária, desemprego, e a ineficiência do Estado são elementos determinantes de desigualdade, o que contribui para a formação, aceleração e retroalimentação da violência.

Assim, retomando-se ao método da análise de contexto, os indicadores considerados neste estudo, assim como as evidências e elementos discursivos adotados, dão subsídio para se estabelecer uma AIS, visto que os impactos dos determinantes sociais relacionados a desigualdade e pobreza estão interrelacionados ao fenômeno da violência urbana. Desse modo, caberia de forma suficiente a investigação das políticas de segurança

pública, a fim de verificar seus impactos em outros campos setoriais como saúde, educação, assistência social, dentre outros.

CONCLUSÕES

Este artigo chega à conclusão de que os fatores relativos à desigualdade como distribuição de renda, pobreza, desemprego, pobreza extrema possuem uma forte relação com a violência urbana e são determinantes para os indicadores desse tipo de violência, como nos casos de homicídios e furtos.

Nesse contexto, verificou-se que as metrópoles de Fortaleza e Medellín ainda sinalizam indicadores de desigualdade elevados, o que potencializa a presença de organizações criminosas que instituem um antigoverno, se não o ordenamento paralelo de ordens sociais que influenciam na qualidade de vida das pessoas que residem em locais mais vulneráveis.

Também, constatou-se que os indicadores investigados podem ter influência no acesso da população vulnerável às políticas públicas e direitos fundamentais, contudo, tal constatação potencializa a necessidade de estudos de avaliação de políticas públicas que fortaleçam estas evidências.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, ano 4, n. 8, p.84-135, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/NHCPpWZJ3mnhknNxjxxbKWh/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 fev. 2023.

ALVARADO, A. Organizaciones criminales en América Latina: una discusión conceptual y un marco comparativo para su reinterpretación. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 7, n. 17, p. 11-32, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5957/595765943002/html/> Acesso em: 10 fev. 2023

ARENDT, H. *Sobre a violência*. 7ª Edição. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2016.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo (SP): Edições 70. 2011.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1989.

BRASIL, G.M.; *et al.* *Cartografia da criminalidade e da violência na cidade de Fortaleza*. 2010. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=204810d7-65b2-453c-b335-a1e0361001b5> Acesso em: 10 fev. 2023

BRASIL. *Avaliação de Impacto à Saúde – AIS: metodologia adaptada para aplicação no Brasil*. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Estabelece o Código Penal brasileiro. Diário Oficial da União, 31 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em 10 out. 2022

BUENO, C.D.C. O Estado penal, o sistema prisional e a crise do humanismo. *R. Katál*, v. 24, p.177-187, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/NG9nNzsgFZT6fLxXGxwdymP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 31 jan. 2023

CAPELLA, A.C. *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília: ENAP. 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf Acesso em: 15 nov. 2022.

CAVALCANTE, P. *A questão da desigualdade no Brasil: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer*. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA. 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10263/1/td_2593.pdf Acesso em: 12 fev. 2023

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. *Estatísticas*. 2022. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2-3/> Acesso em: 10 out. 2022.

CERQUEIRA, D.; *et al.* *Atlas da Violência*. Brasília/Rio de Janeiro/São Paulo: IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019.

COLÔMBIA. *Ley nº 599, de julio 24, de 2000*. Expide el Código Penal. Diário Oficial, 24 jul. 2000. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/codigo_penal_colombia.pdf Acesso em: 13 out. 2022.

COUNTRYECONOMY. *Índice de Gini*. 2022. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/indice-de-gini> Acesso em: 05 fev. 2023

DADOS MUNDIAIS. *Taxa de desemprego na comparação internacional*. 2022. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/desemprego.php> Acesso em: 25 out. 2022.

DÁVILA, L.F. Violencia urbana, conflicto y crimen em Medellín: uma revisão de las publicaciones académicas al respecto. *Rev. Crim*, v. 58, n. 2, p. 107-121, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/crim/v58n2/v58n2a03.pdf> Acesso em: 01 fev. 2023

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). *Encuesta Continúa de Hogares (2002-2005) y Gran Encuesta Integrada de Hogares (2008-2017)*. 2020. Disponível em: <https://www.camaradirecta.com/temas/indicadoresantander/indicadores/giniamb.htm> Acesso em: 18 fev. 2023

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). *Pobreza Monetária y desigualdade em Medellín*. 2022. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/pobreza-y-condiciones-de-vida/pobreza-y-desigualdad> Acesso em: 30 set. 2022.

FORDDOUDATION. Programa Cidades Sustentáveis. *Mapa da desigualdade entre as capitais brasileiras*. 2020. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/link/mapa-das-desigualdades.pdf> Acesso em: 05 fev. 2023

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. 1974.

GOMES, D.F.; OLIVEIRA, L.C.; DIAS, M.S.A. Estratégias para o enfrentamento da violência urbana: revisão integrativa. *Sanare (Sobral, online)*, v.21, n.2, p.78-92, 2022. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1667/840> Acesso em: 13 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades e Estado: Fortaleza*. 2022. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html> Acesso em 25 de setembro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais*. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=32373&t=resultados> Acesso em: 14 jan. 2023

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA (IPECE). *Termômetro da inflação*. Fortaleza: IPECE. 2021a. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/02/Termometro_da_Inflacao_No2021.pdf Acesso em 15 fev. 2023

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA (IPECE). *Indicadores Sociais*. 2021b. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/sintese-dos-indicadores-sociais/#:~:text=Os%20Indicadores%20Sociais%20vem%20na,Estado%2C%20enfazitando%20suas%20necessidades%20ob%C3%AAsicas>. Acesso em: 23 jan. 2023

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA (IPECE). *Estudos sociais*. Fortaleza: IPECE. 2022. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/estudos-sociais/> Acesso em: 29 set. 2022

INTERNATIONL POLICE ASSOCIATION (IPA). *BRASIL: CRIME*. 2022. Disponível em: <https://www.ipa-brasil.org/inicio> Acesso em: 04 jan. 2023

IVO, A.B.L; MAGNVITA, P. O capital simbólico de Medellín e as intervenções urbana nas favelas cariocas. *Revista Direito da Cidade*, v.8, n.2, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/19129/16247> Acesso em: 17 fev. 2023

LESSING, B.; MONTEIRO, J.; MISSE, M. Governança criminal na América Latina em perspectiva comparada: apresentação à edição especial. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, n. 4, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/Q4YkhN9xPyMCZmp7RJ3k9cb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 fev. 2023

LONDOÑO-UEGUI, L.D; MEJÍA-ORTEGA, L.M. Desempleo y protección social: el caso colombiano. *Rev. Fac. Nac. Salud Pública*, v. 37, n.3, p. 54-63, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rfnsp/v37n3/0120-386X-rfnsp-37-03-54.pdf> Acesso em: 09 fev. 2023

LOPES, F.C.R. Metropolização e policentralidade em Fortaleza (CE-BRASIL). *Revista GeoNordeste*, ano 30, n. 3, p.76-92, 2019.

MATTEI, L. Trajetória e atualidade da desigualdade na América Latina. *Rebela*, v.7, n.2, 2017.

MEDELLÍN (GOVERNO DE ALCADIA). *Escenarios de región 2020 modelo de simulación para la gestión social del desarrollo*. 2020. Disponível em <https://www.medellin.gov.co/irj/go/km/docs/wpccontent/Sites/Subportal%2odel%2oCiudadano/Plan%2ode%2oDesarrollo/Secciones/Informaci%C3%B3n%2oGeneral/Documentos/POT/escenariosDeRegion2020.pdf> Acesso 19 de outubro de 2022

MEDELLÍN (GOVERNO DE ALCADIA). *Medellín y su población*. 2019. Disponível em: <https://www.medellin.gov.co/irj/go/km/docs/wpccontent/Sites/Subportal%2odel%2oCiudadano/Plan%2ode%2oDesarrollo/Secciones/Informaci%C3%B3n%2oGeneral/Documentos/POT/medellinPoblacion.pdf> Acesso em 14 de outubro de 2022

MEDELLÍN (GOVERNO DE ALCADIA). *Un análisis institucional del hurto a personas: recuperar el derecho a la ciudad y vidas perdidas*. 2017. Disponível em: <https://www.medellin.gov.co/es/wp-content/uploads/2021/09/Analisis-institucional-del-hurto-a-personas.-recuperacion-de-espacios-comunicaciones-y-resocializacion-del-delito-menor.pdf> Acesso em 11 fev. 2023

MICHAUD, Y. *A violência* São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MISSE, M. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, p. 23-38, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/XwCPFzcJwfHCBnRZFx9SYK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 fev. 2023

MOTA, R.A.; CARNEIRO, R.S.; BRILHANTE, R.M. Uma acepção do conceito de pobreza nas políticas públicas e programas sociais governamentais no Brasil. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 6, n.18, p. 103-113, 2019.

MUNIZ, A.M.V. Produção do espaço metropolitano de Fortaleza e a dinâmica industrial. *Mercator*, v. 14, n.3, p.61-64, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/XwMKcpwNQ8vhrs8GC7G7Vpr/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 fev. 2023

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPAS). ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). *Conceptos y guía de análisis de impacto em salud para la Región de las Américas*. Washington (DC): OPAS, 2013.

PAIVA, L.F.S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crimes em Fortaleza, Brasil. *Caderno CRH*, v.32, n.85, p.165-184, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZdSryHB3Y6Ph48C36pQrLw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 fev. 2023

PEREIRA, L. Colômbia: as FARC e os diálogos de paz. *Séries Conflitos Internacionais*, v. 2, n. 1, p. 1-5, 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/farc-e-os-dialogos-de-paz-final.pdf> Acesso em: 12 fev. 2023.

ROCHA, A.P. Estudio comparativo sobre el papel de los legislativos em las transiciones políticas: Brasil (1974-1985) – Perú (2000-2001). In: SILVA, C.T; et al. *Estudos comparados nas ciências sociais (resenhas)*. Brasília (DF): CEPPA. 2011.

RODRIGUES, T. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional*, v.34, n.1, p.9-41, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/rwTYjJdcGrnzGjx6r3n46ww/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23/04/2023

ROMA, J.C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Indicadores de Sustentabilidade*. 2019. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf> Acesso em: 14 fev. 2023

SANTIAGO, A.A.; GUIMARÃES, G.S.P. Desemprego e crime: uma análise temporal para a região metropolitana de Porto Alegre. *Revista de Estudos Sociais*, v. 21, n. 42, p. 84-98, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/citationstylelanguage/get/chicago-author-date?submissionId=7158&publicationId=6160> Acesso em: 09 fev. 2023

SANTOS, N.N; SANTOS, G.B. Impacto da violência urbana. *Revista da FAESF*, v. 3, n.1, p. 33-44, 2019.

SILVA, F.C.T. Estudos comparados como método de pesquisa: a escrita de uma história curricular por documentos curriculares. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n.64, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0209.pdf> Acesso em 18 julho de 2020.

SORIANO, J.R. Ejército de Liberación Nacional Colombiano: desde la renovación política a la corriente de renovación socialista, 1978-1994. *Revista Divergência*, ano 2, n. 3, p. 71-88, 2013.

SOUZA, J.S.R.; VILELA, S.C.; COSTA, A.C.B; JUNIOR, S.I. Política, segurança e saúde pública no Brasil: combatendo a violência. *Rev enferm UFPE on line*, v. 14, e244226, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.244226> Acesso em: 08 fev. 2023

SOUZA, T.A.F. Securitizando o crime organizado: uma análise comparativa entre Brasil e Colômbia. *Rev. Bras. Est. Def.*, v.8, n.1, p.139-165, 2021. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75219/42147> Acesso em: 02 fev. 2023

TOBÓN, S.O. El 2022 es el año com más hurtos em uma década en Medellín. *El Colombiano*. 2022. Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/antioquia/ano-con-mas-hurto-en-una-decada-en-medellin-PN19364029> Acesso em: 18 fev. 2023.

UNION NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Homicídios de crianças e adolescentes*. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes> Acesso em: 04 fev. 2023

VALENCIA, L. Drogas, conflito e os EUA: a Colômbia no início do século. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 55, p. 129-151, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/c9qWP75hfPjvJkSdRbhb5hJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 09 fev. 2023

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Livros Técnicos e Científicos. 1982.

WORLD BANK GROUP. *Poverty and shared prosperity*. Washington: International Bank for Reconstruction and Development. 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/37739/9781464818936.pdf> Acesso em: 12 fev. 2023

ZERBINETO, I.M.G.; et al. Gestão e planejamento urbano em Medellín: considerações acerca do direito à cidade e do empreendedorismo urbano. *Revista Ímpeto*, n. 11, 2021.

Dados de autoria

Diógenes Farias Gomes

Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará (UFC); e Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: diogenesfgo@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2181-6012>.

Lúcia Conde de Oliveira

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1996), Doutora em Saúde coletiva, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006). Pós-Doutora em Saúde Coletiva, no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (2012). Professora associada da Universidade Estadual do Ceará do Curso de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social. E-mail: condelucia@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8265-7476>.

Maria Socorro de Araújo Dias

Mestra e Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com Pós-doutoramento em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Docente Permanente e membro da gestão pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família - PPGSF (RENASF/UVA). Integra o Núcleo Executivo do Grupo de Trabalho e Promoção da Saúde e Desenvolvimento Sustentável da Associação Brasileira em Saúde Coletiva (ABRASCO). E-mail: socorroad@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7813-547X>.